



EDITAL PUBLICAÇÕES SEI

Processo seletivo para submissão de artigos científicos para a

REVISTA BAHIA ANÁLISE & DADOS (BA&D) v. 33 n. 1

ISSN: 0103-8117; EISSN: 2595-2064

Tema

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: SEGUNDA EDIÇÃO

Data de abertura: 6 de outubro de 2022

Data limite para recebimento de artigos: **até 31 de março de 2023**

Previsão de lançamento da publicação: agosto de 2023

Coordenação editorial: Julyan Gelyvison Machado Gouveia Lins (UFBA), Gisele Ferreira Tiryaki (UFBA), Pedro Marques de Santana (Distat/SEI), Urandi Paiva de Freitas (Dstat/SEI)

E-mail: baedpoliticaspUBLICAS@sei.ba.gov.br

Telefones: (71) 3115-8656 e 3115-4826

Editora-geral: Luzia Luna Pamponet

Conselho editorial: Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

1. APRESENTAÇÃO: REVISTA BAHIA ANÁLISE & DADOS

A revista *Bahia Análise & Dados* (BA&D) é um periódico publicado semestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento estadual.

Editada e registrada no International Standard Serial Number (ISSN) desde 1991, esta publicação está indexada na Library of Congress, no Ulrich's International Periodicals Directory, no Diadorim, no Latindex-Diretório e no sistema Qualis da Capes. Possui o DOI (Identificador de Objeto Digital), código único internacional que permite a busca, a localização e contabilização de citações, aumentando a visibilidade e garantindo a autenticidade dos artigos.

Com seus números mais recentes disponíveis para consulta no sítio da instituição (www.sei.ba.gov.br), a publicação vem alcançando um público amplo e diversificado, sendo muito demandada por instituições de ensino e pesquisa e por órgãos de planejamento. Em 2017, a BA&D adaptou-se ao formato de revista eletrônica, com vistas a possibilitar acesso imediato, em escala mundial, ao seu conteúdo, disponibilizado na web.

Até 31 de março de 2023, a Bahia Análise & Dados aceitará, para fins de apreciação, artigos para o volume cujo tema é Análise e Avaliação de Políticas Públicas: segunda edição.

2. TEMA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do desafio de ampliar a troca de experiências entre pesquisadores do estado da Bahia e de outros centros de pesquisa no Brasil acerca de um dos principais temas da área de Políticas Públicas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) publicou, no ano de 2013, uma edição da Revista Bahia Análise & Dados voltada para a análise e a avaliação de Políticas Públicas. O presente edital tem como objetivo continuar consolidando esta agenda, com a publicação de uma nova edição desta temática, 10 anos após este primeiro esforço.

Pelo fato de o Nordeste ser uma região com altos indicadores de desigualdades econômicas e sociais, quando comparada a outras regiões do país (em especial a região Sudeste), políticas públicas locais são importantes para o ganho de bem-estar e melhoria da condição de vida da população local. Independentemente de o público-alvo estar localizado no meio rural ou urbano, tais políticas contemplam a transferência direta de recursos às famílias e os programas locais dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ademais, as particularidades das políticas educacionais, de saúde, segurança pública, ambientais, de adaptação às condições adversas no semiárido e demais aspectos ligados aos setores produtivos e ao mercado de trabalho também precisam ser levadas em consideração. Essas políticas têm um efeito direto sobre o desempenho da economia local devido ao elevado contingente da população em condições de vulnerabilidade.

O conjunto de programas e políticas adotado por parte do poder público está sendo cada vez mais tratado cientificamente pelos pesquisadores, visando ao uso eficiente dos recursos e à efetividade dessas intervenções. Nesse contexto, é preciso que os insights dos métodos qualitativos e quantitativos sejam aplicados a problemas socioeconômicos, em especial do estado da Bahia, de maneira a fornecer parâmetros mais precisos para a tomada de decisões pelos agentes públicos e privados.

O resultado esperado é que este número da revista se constitua não somente em um conjunto de resultados científicos, mas também em um conjunto de proposições para estas tomadas de decisões.

A área de Avaliação de Políticas Públicas está principalmente voltada para a utilização do conjunto de métodos quantitativos e qualitativos para fornecer soluções a problemas sociais e econômicos reais. No conjunto de métodos quantitativos, geralmente, destaca-se a utilização de métodos estatísticos, econométricos, de equilíbrio geral aplicado, técnicas de decomposição, pesquisa operacional, microsimulação, dentre outros.

Como se sabe, a literatura majoritária compreende que as Políticas Públicas são estruturadas de forma cíclica, portanto composta por etapas bem definidas e interligadas, que interagem entre si. De modo geral, elas compreendem a fase da identificação do problema social a ser enfrentado (construção de agendas), a da formulação de alternativas de ação, a da escolha e implementação do curso de ação e a do monitoramento e avaliação dos resultados.

A avaliação é a etapa que consiste na mensuração e na análise *ex-ante* e *ex-post* dos resultados que as políticas públicas venham a exercer sobre a sociedade, em confronto com os objetivos e as metas estabelecidos nos projetos e programas. Entre outras finalidades principais da avaliação das políticas públicas, destacam-se as de: i) fornecer informações aos gerentes de programas públicos, de forma a garantir feedbacks para correções de rumo; ii)

viabilizar as atividades de controle e proporcionar a transparência e a responsabilização das ações governamentais, bem como a eficiência na alocação de recursos; e iii) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade.

Os esforços de pesquisa na avaliação de políticas apontam para uma maior estruturação e sistematização dos programas, e como instrumental de análise, podem-se valer também dos métodos próprios da pesquisa social, cuja escolha atende aos propósitos explícitos ou implícitos estabelecidos pelo programa. Com isso, a avaliação de metas, de processos e de impactos tornam-se mecanismos fundamentais de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Se no processo de modelagem puramente teórica utiliza-se de um elevado nível de abstração, no caso da pesquisa empírica, a abstração geralmente é reduzida a partir de modelos mais realistas, para que os respectivos pressupostos dos modelos e dos métodos sejam confrontados com problemas econômicos reais. No período recente, as técnicas empíricas baseadas em ciência de dados têm ampliado o escopo da área de avaliação de políticas públicas a partir do maior uso de grandes bases de dados, o que permite ao pesquisador trabalhar com menos abstrações ou hipóteses.

Nesse sentido, a iniciativa contempla um esforço de ampliar e ao mesmo tempo consolidar o papel do estado da Bahia na formulação, análise e avaliação de políticas públicas, considerando os seguintes eixos temáticos:

- Educação
- Saúde
- Segurança Pública
- Políticas Sociais
- Pobreza e Desigualdades
- Mercado de Trabalho
- Economia do Setor Público
- Crescimento e Desenvolvimento Econômico
- Demografia Econômica
- Energia e Meio Ambiente
- Economia Regional e Urbana
- Política Monetária e Política Fiscal
- Crédito e Finanças

3. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Bahia Análise & Dados* aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos técnico-científicos e tecnológicos, relatos de experiência e resenhas de livros e obras (lançamentos recentes) que se enquadrem no tema correspondente, conforme os tipos textuais descritos a seguir.

3.1 Dos tipos textuais aceitos

Artigo técnico-científico

Trata-se de uma produção de natureza técnica e/ou científica que tem por finalidade difundir conhecimento, expressando o pensamento do autor de forma argumentativa e ancorada em bases científicas. Deve obedecer ao rito normativo acadêmico, contemplando referencial teórico, aspectos teórico-epistemológicos e metodológicos. O conteúdo deve ser exposto de modo a incluir introdução, desenvolvimento e conclusão, que podem ser apresentados subdivididos e organizados conforme determinação do autor, devendo partir das grandes questões norteadoras do trabalho, passando pela metodologia, desenvolvimento, resultados e considerações finais. Nas considerações finais, deve-se explicitar a elucidação do problema ou a comprovação ou refutação das hipóteses de pesquisa, ratificando as respostas às questões norteadoras, ressaltando o alcance dos propósitos do estudo, ou ainda, indicando a necessidade de estudos futuros complementares e recomendações. A linguagem deve ser clara, concisa, precisa e objetiva, preferencialmente com o verbo no impessoal, com uso ponderado de adjetivações, sempre amparadas em fatos e que sirvam para reforçar pontualmente a argumentação. Devem-se evitar equívocos gramaticais e descontinuidade das ideias, respeitando o uso da norma-padrão da língua. Inclui resumo/abstract e referências bibliográficas.

Artigo tecnológico

Produções com ênfase profissional e abordagem focada na solução de problemas de caráter prático, mas sem deixar de lado o rigor científico. Oferecem contribuições para o contexto prático profissional, cuja principal característica é o enfoque na resolução de problemas ou em oportunidades de melhorias em contexto profissional. Espera-se que o artigo tecnológico traga como contribuição algum tipo de novidade para o contexto estudado em termos de soluções ou de aplicação da solução. Deve ter uma redação caracterizada por linguagem acessível a acadêmicos, mas também a profissionais de mercado. É essencial o uso da norma-padrão da língua. O conteúdo deve obedecer ao rito normativo acadêmico, incluindo resumo/abstract e referências bibliográficas.

Relato de experiência

Descreve com precisão uma determinada experiência que pode contribuir com a área de atuação ou a temática em questão. Deve ser formatado como um artigo científico, obedecendo ao rito normativo acadêmico, contemplando referencial teórico e metodológico. O conteúdo deve ser exposto de modo a incluir introdução, desenvolvimento e conclusão, que podem ser apresentados subdivididos e organizados conforme determinação do autor,

devendo partir das questões norteadoras do trabalho, passando pela metodologia, desenvolvimento, resultados e considerações finais. A linguagem se diferencia do artigo, pois permite marcas de autoria, com uso da primeira pessoa e a exposição das percepções pessoais sobre o fato relatado, comentários e avaliações sobre as etapas da experiência, descritas com detalhamento, objetividade e fundamentadas em aporte teórico. É essencial o uso da norma-padrão da língua. O conteúdo deve obedecer ao rito normativo acadêmico, incluindo resumo/abstract e referências bibliográficas.

Resenha crítica

Consiste em um gênero textual informativo, descritivo, analítico e opinativo sobre uma determinada obra (livro, artigo, filme e outros), onde o resenhista sintetiza as ideias e expõe suas apreciações, com a finalidade de fornecer recomendações e ampliar as percepções do público leitor. A resenha crítica deve fazer uma análise interpretativa da obra, expondo considerações sobre o objeto analisado, com embasamento na realidade e em referenciais ligados ao tema. Devem constar: informações bibliográficas do material a ser resenhado, resumo do conteúdo da obra, argumentos em defesa do ponto de vista do resenhista. A linguagem deve ser objetiva, concisa e clara. É essencial o uso da norma-padrão da língua. O conteúdo deve obedecer ao rito normativo acadêmico, incluindo resumo/abstract e referências bibliográficas.

3.2 Da formatação

Padrão para envio de trabalhos

- Devem ser enviados para o e-mail baedpoliticaspUBLICAS@sei.ba.gov.br, para a coordenação editorial da edição.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word).
- Preferencialmente, devem ser assinados por no máximo três (03) autores.
- É permitido apenas dois (02) artigos por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação com: nome completo, número de identificação do autor - ORCID ID (Open Researcher and Contributor ID), titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A ORCID ID é feita pela internet no endereço orcid.org/signin. É rápido e gratuito.
- Colaboradores devem ser citados em nota de rodapé separada dos autores/coautores.
- Devem conter no mínimo 15 e no máximo 25 páginas, exceto as resenhas críticas, que devem conter de 03 a 10 páginas.

- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Tabelas e gráficos devem ser enviados em programa de planilhas de maior difusão (Excel). Fotografias e ilustrações devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão JPEG ou PNG. Imagens sem resolução suficiente para garantir os padrões de qualidade da publicação não serão inseridas.

Sobre as normas ABNT

Os trabalhos devem ser apresentados em conformidade com as normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Manual de Redação e Estilo da SEI e as normas de tabulação do IBGE, entre as regras:

- I. Devem ser formatados com entrelinhas de 1,5 cm, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- II. Devem vir acompanhados de resumo e *abstract* contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e *keywords* devem figurar abaixo, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos (NBR 6028:2021 da ABNT);
- III. As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- IV. Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo;
- V. As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;

VI. As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas (NBR 6023 da ABNT). Como elaborar as referências:

- a) No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra, seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152).

“O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

- b) No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2018 da ABNT.

Exemplos:

- Para livros

BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

Para artigos e/ou matéria de revista, boletim etc.:

SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

- Para partes de livros

MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. *In: MATOS, Ralfo (org.). Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

- Para sítios de internet

BOOK. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Leerestademoda. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=iwPj0qgvfls>. Acesso em: 25 ago. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Estômago. *In: INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Tipos de câncer*. [Brasília, DF]: Instituto Nacional do Câncer, 2010. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/estomago/defnicao>. Acesso em: 18 mar. 2010

- Para documentos on-line

ACTA CIRÚRGICA BRASILEIRA. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Pesquisa em Cirurgia, 1997- . ISSN 1678-2674 versão online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-8650&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 ago. 2013.

O que diz a NBR 6023/2018: para documentos on-line, além dos elementos essenciais e complementares, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data de acesso, precedida da expressão “Acesso em:”.

- Outros casos serão normalizados pela SEI.

c) Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

3.4 Do processo de seleção

Da submissão

1. Todos os textos submetidos para publicação devem seguir as normas constantes deste documento e serão objeto dos processos de apreciação e seleção.
2. No processo de divulgação do edital, podem ser endereçados convites a autores(as) para envio de propostas de artigos.
3. Os originais enviados pelos autores serão considerados autorizados para publicação por sua simples remessa à revista, não implicando pagamento de direitos autorais.
4. As provas finais do texto só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente.
5. Os textos submetidos devem ser inéditos, não sendo objeto de outro periódico impresso ou eletrônico (em português ou em qualquer outra língua), nem proposto em simultâneo a qualquer outra publicação.
6. A existência prévia de resumos ou pôsteres em anais de eventos e os repositórios e bancos de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de nível superior não configuram publicação duplicada, mas é importante que o autor informe sobre a existência dessa divulgação preliminar.
7. Os textos submetidos podem derivar de monografias, dissertações, teses e/ou outros trabalhos técnico-científico-tecnológicos.
8. Embora seja política editorial da SEI publicar artigos inéditos, a Coordenação Editorial pode, a título excepcional, decidir publicar um único trabalho não inédito por edição, tendo em conta a sua relevância e oportunidade científica – isto é, que trate de assunto de grande importância para a temática na atualidade e careça de maior divulgação científica para o público leitor da revista. Neste caso, a publicação depende de autorização expressa dos detentores dos direitos de propriedade intelectual.

9. Os textos têm que identificar claramente a fonte de todos os elementos não autorais. Quando os artigos incluírem elementos que estejam protegidos por direitos de propriedade intelectual, a obtenção da respectiva autorização é de única e exclusiva responsabilidade dos(as) proponentes.

Da seleção

O corpo editorial da SEI se reserva o direito de publicar ou não os trabalhos recebidos, sendo a decisão apoiada em um processo de apreciação em sistema de avaliação por pares, que é realizado conforme as etapas a seguir.

1. A apreciação inicial cabe à Coordenação Editorial. A avaliação deve considerar os critérios de pertinência, interesse e qualidade, definidos em consonância com a política editorial da revista, além da conformidade dos artigos com as normas de apresentação deste edital;
2. Após aprovação prévia da Coordenação Editorial, os trabalhos são submetidos à apreciação de pareceristas (Conselho Editorial ou Conselho Editorial Temático), que emitem os pareceres e fundamentam a decisão final do corpo editorial. O parecer é realizado no formato de revisão cega (*blind review*), por pelo menos um (01) parecerista convidado, que não acessa as informações do autor;
3. Caso seja possível ao parecerista identificar o autor e seja detectado algum conflito de interesse, ele informará ao Coordenador Editorial, que convidará outro parecerista;
4. Cabe ao Coordenador Editorial também verificar a possibilidade de relacionamento profissional/acadêmico entre pareceristas e candidatos, de modo a evitar conflitos de interesse;
5. Os pareceres podem sugerir aos(às) autores(as) a revisão dos artigos, que devem ser remetidos para nova avaliação de parecerista; ou ainda decidir pela recusa ou pela aprovação imediata;
6. A equipe editorial comunica aos(às) autores(as) a decisão, podendo, em caso de recusa, enviar um resumo do parecer final, mantendo o anonimato do parecerista;
7. Em caso de falta de clareza ou dúvidas sobre o parecer, a Coordenação Editorial tem autonomia para deliberar sobre a necessidade de um segundo e/ou terceiro parecer.

3.5 Observações gerais

1. A Editoria-geral da SEI e a Coordenação Editorial da edição reservam-se o direito de sugerir modificação de título, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela

instituição, constante no [Manual de Redação e Estilo da SEI](#), disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações da SEI”.

2. Os textos que não estiverem de acordo com as normas devem ser devolvidos ao autor para correção e formatação.
3. O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.
4. Os autores são inteiramente responsáveis por seus escritos, devendo observar a ética em sua conduta e o correto cumprimento da legislação sobre direitos autorais. Quem pratica o plágio está sujeito a sanções.

REFERÊNCIAS

Luiz Carlos dos Santos¹. A ELABORAÇÃO DE ARTIGO TÉCNICO-CIENTÍFICO: possível aplicação nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração e do Direito. Revista digital Diamantina Presença “Educação e Pesquisa” – Vol. 2, Nº 1, p. 8-24, 2019.

file:///C:/Users/luziavilasboas/Downloads/7391-Texto%20do%20artigo-19511-1-10-20191105.pdf